

Aplicação Prática da Administração na Economia Global

Lucca Simeoni Pavan
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2020

Aplicação Prática da Administração na Economia Global

Lucca Simeoni Pavan
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

A642 Aplicação prática da administração na economia global [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-927-1
 DOI 10.22533/at.ed.271201701

1. Administração de empresas. 2. Economia. 3. Globalização.
I.Pavan, Lucca Simeoni.

CDD 658.812

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Duas características marcantes dos livros de divulgação acadêmica, publicados pela Editora Atena, são a pluralidade de temas e a interdisciplinaridade apresentada em suas coletâneas. Este novo livro intitulado “Aplicação Prática da administração na Economia Global” é o seu mais novo exemplar que não foge às características citadas acima.

Os artigos que o leitor encontrará nesta nova publicação abordam diversos temas da administração e suas aplicações às mais variadas situações. Inicialmente, são apresentados artigos que tratam da administração aplicada às empresas privadas. Entre os objetos de estudos estão empresas do setor de aviação, empresas familiares e do setor de petróleo e gás. Entre os temas destacados estão o investimento em novas unidades, a tecnologia da informação e a cadeia de suprimentos. Este primeiro grupo de artigos possuem temas mais tradicionais e apresentam uma boa referência aos interessados.

Quando falamos em aplicações práticas da administração, os assuntos inovação e empreendedorismo não poderiam ficar de fora. Para enriquecer o conteúdo deste livro, estes temas também foram abordados dentre os artigos, desenvolvendo assuntos contemporâneos como streaming musical, marketing digital, mídias sociais e informalidade.

O assunto “Educação” têm sido bastante discutido recentemente no Brasil. Novas ideias, novos projetos e uma proposta de reestruturação vêm sendo debatida. Neste livro, encontram-se artigos que tratam deste tema por meio de conceitos da administração. Dentre os assuntos deste meio estão as competências gerenciais no contexto educacional, a saúde dos professores e o próprio empreendedorismo no âmbito da universidade pública.

Além dos temas já mencionados, as práticas administrativas também são de extrema importância no setor público. A sociedade clama, cada vez mais, por uma administração pública eficiente, que entregue um serviço de qualidade a um custo adequado. Neste livro, alguns capítulos abordam o tema da gestão pública, incorporando à eles, os conceitos administrativos e as técnicas da administração que auxiliam as instituições públicas a atingirem seu objetivo de eficiência. Podemos encontrar entre os temas específicos da gestão pública abordados aqui, a auditoria e as políticas públicas de saúde.

Espero que os leitores aproveitem a riqueza e a diversidade de temas divulgados neste livro. Certamente terão aqui excelentes referências da aplicação prática da administração, em diversos temas da economia. Temas estes atuais e de extrema importância para a sociedade. As informações apresentadas contribuirão muito para o desenrolar dos debates.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
VALIDAÇÃO DE MODELO RELACIONAL ENTRE ESTILOS DE LIDERANÇA, CARACTERÍSTICAS E TIPOS DE PROCESSO DECISÓRIO: UM ESTUDO COM GESTORES DE EMPRESAS DO SETOR DE AVIAÇÃO EXECUTIVA	
Reginaldo Coimbra Barbosa Zélia Miranda Kilimnik Anderson de Souza Sant'anna	
DOI 10.22533/at.ed.2712017011	
CAPÍTULO 2	14
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AUDITORIA: MECANISMOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NA GESTÃO DOS CONFLITO DE AGÊNCIA NAS EMPRESAS FAMILIARES	
Ruan Carlos dos Santos Mário Nenevê Lidinei Éder Orso Henrique de Campos Melo	
DOI 10.22533/at.ed.2712017012	
CAPÍTULO 3	30
ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA DE INVESTIMENTO APLICAÇÃO DA TEORIA DE OPÇÕES REAIS	
Jeferson Bottoni Silvana Saionara Gollo Sidnei Dal Agnol Angelita Freitas da Silva Eduardo Angonesi Predebon Lidiane Zambenedetti	
DOI 10.22533/at.ed.2712017013	
CAPÍTULO 4	47
ETAPAS DA ENTRADA E PROCESSAMENTO DE PEDIDOS COM O USO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	
Murilo Marques Costa Vanessa Bernardo Lima Renata Sousa Nunes Suelen Marçal Nogueira Vinicius de Oliveira Costa Rosimeire de Moraes Oliveira Khezia Almeida Araújo Guimarães Samara Rodrigues Campos Geisenely Vieira dos Santos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.2712017014	
CAPÍTULO 5	57
PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE METODOLOGIA KAIZEN EM EMPRESA DO SEGMENTO PETRÓLEO E GÁS	
Anírian Cristiane Unghare Tamires Carvalho Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.2712017015	

CAPÍTULO 6	75
REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE GOVERNANÇA NA CADEIA DE SUPRIMENTOS	
Manoel Gonçalves Filho	
Clóvis Delboni	
Reinaldo Gomes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2712017016	
CAPÍTULO 7	98
INOVAÇÕES DISRUPTIVAS: PERFIL DOS CONSUMIDORES DE PLATAFORMAS DE STREAMING MUSICAL DA GERAÇÃO Y NA UFRPE-UAST	
André Erick da Silva	
Gabriella Rodrigues Sousa da Silva	
Lucas Ferraz Lourenço	
Maximiliano Wanderley Carneiro da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.2712017017	
CAPÍTULO 8	110
ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL NAS MÍDIAS SOCIAIS COMO FERRAMENTAS DE APROXIMAÇÃO ENTRE CLIENTE E EMPRESA	
Dyllmar Alves de Sousa	
Karina da Silva	
Clenio Ferreira de Farias	
Maria Edenilda da Silva Galvão	
Gislaine de Souza dos Santos	
Maria de Fátima Mendes	
Sônia do Socorro Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2712017018	
CAPÍTULO 9	121
EMPREENDEDORISMO INFORMAL: UM ESTUDO DA REALIDADE DO MERCADO EM TEMPOS DE CRISE ECONÔMICA NO MUNICÍPIO DE MACAÉ RJ	
Anírian Cristiane Unghare	
Michele Vieira Lima Peruzzi Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2712017019	
CAPÍTULO 10.....	146
COMPETÊNCIAS GERENCIAIS EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E O CONTEXTO EDUCACIONAL	
Francis de Sousa Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.27120170110	
CAPÍTULO 11	159
INTENÇÕES EMPREENDEDORAS DOS DISCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	
Vera Lúcia Cruz	
Luiz Antônio Felix Júnior	
Roberta Lígia Santos de Assis Rodrigues Pinheiro	
Rafael Fernandes de Mesquita	
Wênyka Preston Leite Batista da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.271201701911	

CAPÍTULO 12	172
TRABALHO DOCENTE E ADOECIMENTO: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO AJUSTAMENTO DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	
Cledinaldo Aparecido Dias	
Maria Vivaldina Rodrigues de Moura	
Cristh Ellen Ferreira Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.271201701912	
CAPÍTULO 13	187
“O MONSTRO DE OLHOS ESVERDEADOS”: GESTÃO DA INVEJA EM UMA ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL	
Ricardo Ribeiro Rocha Marques	
Tairine Vieira Ferraz	
Carlos Eduardo Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.271201701913	
CAPÍTULO 14	200
INTERFACES DA ACCOUNTABILITY NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Leonardo da Silva Morais	
Maria Gracinda Carvalho Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.271201701914	
CAPÍTULO 15	225
POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE: EXPLORANDO O MODELO DOS MÚLTIPLOS FLUXOS DE KINGDON NA FORMULAÇÃO DO PROJETO TEIAS	
Antonio Lima Ornelas	
Maria Gracinda Carvalho Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.271201701915	
CAPÍTULO 16	243
GESPÚBLICA E SUA APLICAÇÃO NO ÂMBITO DE GESTÃO DE PESSOAS EM UM ÓRGÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO	
Kevin Ferreira Corcino	
Marcleide Maria Macêdo Pederneiras	
DOI 10.22533/at.ed.271201701916	
SOBRE O ORGANIZADOR	256
ÍNDICE REMISSIVO	257

TRABALHO DOCENTE E ADOECIMENTO: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO AJUSTAMENTO DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Data de aceite: 03/12/2019

Cledinaldo Aparecido Dias

Universidade Estadual de Montes Claros.

Universidade Federal de Minas Gerais –

Departamento de Administração - Montes Claros/
Minas Gerais

Maria Vivaldina Rodrigues de Moura

Universidade Estadual de Montes Claros –

Departamento de Administração Montes Claros/
Minas Gerais

Cristh Ellen Ferreira Pinheiro

Universidade Federal de Minas Gerais - Instituto
de Ciências Agrárias - Montes Claros/Minas
Gerais

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo analisar os impactos psicossociais provenientes do ajustamento de professores em uma escola da rede pública estadual de Montes Claros/MG. A pesquisa foi de natureza qualitativa, utilizando-se de pesquisa documental, entrevistas e observação participante. A coleta de dados deu-se por meio de roteiro de entrevistas aplicado a sete professores e quatro gestores da escola estudada. A técnica empregada foi a análise de conteúdo. Os resultados obtidos demonstram que o afastamento se dá tanto por agravamentos psicológicos como físicos, causados por fatores como violência na sala

de aula, depressão, dupla jornada de trabalho, dificuldade para conciliar o tempo entre mais de um trabalho. Problemas como preconceito e discriminação também são enfrentados pelos professores ajustados. A pesquisa conclui que define a situação de trabalho dos professores da rede estadual de ensino de MG como de intenso mal-estar sob o risco de um processo evolutivo de afastamento do trabalho e aumento no número de ajustamentos, comprometendo o desempenho e o bem-estar dos profissionais, além dos custos gerados para os cofres públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho docente. Adoecimento. Ajustamento funcional.

TEACHER WORK AND PROGRESS: PSYCHOSOCIAL IMPACTS ON ADJUSTMENT OF STATE TEACHING TEACHERS

ABSTRACT: This study aimed to analyze the psychosocial impacts of teacher adjustment in a public school in Montes Claros / MG. The research was qualitative in nature, using documentary research, interviews and participant observation. Data collection took place through an interview script applied to seven teachers and four managers of the school studied. The technique employed was content analysis. The results show that the leave is due to both psychological and physical aggravation,

caused by factors such as violence in the classroom, depression, double work, difficulty to reconcile the time between more than one job. Problems such as prejudice and discrimination are also faced by adjusted teachers. The research concludes that it defines the work situation of teachers of the state school system of MG as of intense discomfort under the risk of an evolutionary process of absence from work and increase in the number of adjustments, compromising the performance and well-being. professionals, in addition to the costs generated for the public coffers.

KEYWORDS: Teaching work. Sickness. Functional adjustment.

1 | INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho tem-se transformado ao longo dos anos, mudanças significativas ocorreram, novas formas surgiram “sob a condição de separação absoluta do trabalho, a alienação assume a forma de perda de sua própria unidade: trabalho e lazer, meios e fins, vida pública e vida privada, entre outras formas de disjunção dos elementos de unidade presentes na sociedade do trabalho” (ANTUNES, 2010, p.133). De acordo com Guinalz (2007) a alienação pode ser percebida à medida que os trabalhadores começam a perceber que os seus esforços não trazem a proteção e o amparo construído pelo imaginário social que envolve o ideal do trabalho.

Diversos conflitos pessoais surgem associados ao trabalho, à necessidade de executar suas atividades e cumprir suas metas em tempo hábil. A realização pessoal e profissional e a intensificação do trabalho geram ansiedade, angústia, desequilíbrio emocional, acarretando riscos à saúde e comprometendo o desempenho no trabalho. De acordo com Rio (1998) é certo que haja o surgimento cada vez mais frequente de doenças relacionadas ao trabalho, fato que afeta tanto a saúde física quanto a saúde mental do profissional, já que se exige dos trabalhadores cada vez mais. Muitas das vezes estes profissionais devem enfrentar péssimas condições para efetivação do exercício da profissão.

Para Branquinho (2011, p.24) no caso dos profissionais docentes, as atribuições do trabalho nem sempre favorecem condição para o alcance dos resultados desejados, o que resulta na insatisfação e angústia pelos insucessos auferidos. Quando “(...) os objetivos estabelecidos pela escola, começam a apresentar certos sentimentos de fracasso e impotência, que, via de regra, acaba levando-os a um quadro de profunda angústia”. A autora destaca ainda os impactos das transformações e as contradições com a expansão do ensino, que afeta a qualidade do ensino e conseqüentemente a saúde dos professores.

Nessa direção Moreira e Mendes (2005) apontam que, nas limitações de caráter organizacional, surgem, sobretudo, as longas jornadas de trabalho, o ritmo acelerado do trabalho e a ausência de descanso entre as atividades, caracterizando assim um sobrecarga de trabalho. Fato que, desencadeiam os fatores psicossociais que possuem abrangência por seu caráter de pressão excessiva para os resultados, ambiente tenso,

problemas de relacionamento interpessoal, péssimas condições físicas e estruturais para desenvolver as atividades.

Gomes e Brito (2002) enfatizam que esses fatores atentam para a agitação, estresse e irritação do professor. Irritação a qual pode ser notada a partir de sintomas de ansiedade, nervosismo, angústia, perturbações do sono, problemas osteomusculares, digestivos, respiratórios e de voz. Assim, a realidade da profissão docente e o sofrimento dos professores têm contribuído para muitos desistirem da profissão e em alguns casos ficarem impossibilitado de exercer sua função em decorrência a doenças relacionada ao trabalho.

Observa-se que o afastamento da sala de aula pelos professores é visto como problema que atinge, de forma ampla, grande parte das escolas públicas estaduais de Minas Gerais. Assim, para que haja um acompanhamento desses profissionais há uma legislação específica que tem como base a Resolução SEPLAG/MG nº 61/2013 que disciplina a execução do disposto no artigo 30, § 2º, da Constituição Estadual.

Nesse sentido, a pesquisa visa responder a seguinte questão: Quais os impactos psicossociais do afastamento de professores da sala de aula de uma escola de Rede Pública Estadual de Montes Claros/MG em consequência do trabalho, na perspectiva dos docentes ajustados e dos profissionais da área administrativa? Dessa forma, o presente trabalho busca analisar os impactos psicossociais provenientes do ajustamento de professores em uma escola da Rede Pública Estadual de Ensino de Montes Claros/MG.

2 | O TRABALHO, O PROFESSOR E O AFASTAMENTO DA SALA DE AULA

O trabalho é definido como um processo de interação do homem com o mundo natural, onde o homem conscientemente modifica seus elementos para alcançar seus objetivos. Dessa forma, o trabalho é a forma na qual o homem se apropria da natureza a fim de satisfazer suas necessidades, através da atividade laboral e da consciência.

Como parte do ser humano, alguns o veem o trabalho como necessidade, outros como uma forma de realização, satisfação e de transformação da identidade. Dejours (1992) o define como algo estressante e penoso e paradoxal ao apresentar, ao mesmo tempo, sentimentos de prazer e sofrimento (DEJOURS, 1992). É também entendido como algo importante e positivo, pois além de proporcionar conhecimento, prazer e transformação entre as partes envolvidas, há uma troca de saberes e realização pessoal e profissional (CODO, 2006).

No contexto da docência, Branquinho (2011) esclarece que com o docente essa relação não é diferente, pois, os mesmos estão inseridos em uma sociedade dominada pelo capital, com significativas mudanças de valores sociais, econômicos e culturais na sociedade.

Nesse sentido “a situação docente, no Brasil, caracteriza-se, historicamente, por insuficiente formação inicial, baixos salários e precárias condições de trabalho”

fomentando “um processo de aguada proletarização docente” (DOURADO; PARO, 2000, p. 51).

Segundo os autores a função docente tem perdido seu prestígio social, principalmente devido as importantes mudanças ocorridas no ensino. Essas situações têm contribuído para o que denominam “mal-estar docente”, que tem afetado física, psicológica e socialmente os professores. “No passado, dizer ‘eu sou professora ou professor’ trazia à tona uma identidade carregada de orgulho profissional. A profissão de educador tinha prestígio social” (CODO, 2006, p.70).

Com a democratização escolar os professores perderam sua identidade profissional e em alguns casos não se identificam com a profissão. Ao expandir o ensino público não houve uma preocupação com as condições físicas, a infraestrutura ou melhorias nas condições de trabalho.

Codo (2006) apresenta que os principais problemas enfrentados pelos professores da rede pública de ensino relacionam-se a baixos salários, dupla jornada, falta de infraestrutura e equipamentos, falta de conforto, condições de trabalho precárias, violência, agressão e vandalismo.

Dejours (1992) entende que essas características do processo de trabalho refletem na saúde do trabalhador, que acaba por ser afetado pelas condições físicas, químicas e biológicas do ambiente de trabalho. Para Morgan (2007) são as condições de trabalho, as formas de organização do trabalho e do ambiente em que o indivíduo está inserido que irão determinar a saúde e bem-estar do trabalhador. Quando o trabalho é angustiante, sofrido e difícil de ser realizado ele pode afetar tanto a saúde física quanto a emocional (DEJOURS, 1996).

A área da educação possui características particulares que geram stress e alterações do comportamento de seus profissionais, devido à grande tensão que o ambiente escolar possui, e às relações que se atuam nele, as quais podem citar relações de competitividade, de poder, com a comunidade em geral e com o conhecimento (COSTA; GERMANO, 2007).

Assim, considera-se que diante de um ambiente com relações geradoras de stress, os profissionais, com suas especificidades em relação às situações vividas podem vir a desenvolver problemas de saúde, e a partir do desenvolvimento desses problemas, muitos não terão condições para desenvolver as atividades nas funções antes exercidas.

De acordo com Costa e Germano (2007) o cotidiano e as condições de trabalho são tidos como as principais causas do afastamento dos docentes da sala de aula, devido a seu ritmo intenso de trabalho, as extensas jornadas, a tensão do ambiente escolar, o acúmulo de atividades pelo mesmo, como também a questão da indisciplina dos alunos e dificuldades de aprendizagem dos mesmos. O professor necessita de um grande autocontrole para lidar com tais situações.

Ao tratar do afastamento de professores do município de Belo Horizonte/MG, Gaspari, Barreto e Assunção (2005) mencionam que os transtornos psicológicos

ocupavam o primeiro lugar nos diagnósticos que provocaram o afastamento de professores entre os anos 2002 e 2003, seguido das doenças do sistema respiratório, osteomuscular e do tecido conjuntivo.

Costa (2007), em estudo com professores do município de Caratinga/MG identificou que as principais causas de afastamento dos professores estão relacionadas aos transtornos mentais e comportamentais, doenças respiratórias, sintomas encontrados em exames clínicos, doenças do sistema osteomuscular e do aparelho circulatório.

Para Vieira (2003) as doenças psiquiátricas e os calos nas cordas vocais são considerados como principais problemas de saúde aos quais os professores estão propensos, principalmente devido às condições de trabalho as quais são submetidos. Provenzano e Sampaio (2010) afirmam que os professores fazem parte da classe de profissionais que tem a voz como elemento vital para a realização de seu trabalho, no entanto esta aparece em último lugar como causa de afastamento de professores.

Percebe-se que dentre os tipos de afastamentos do professor diversas são as causas, cada uma com sua especificidade. Contudo, para que haja um bom acompanhamento, bem como a readaptação do profissional em outras atividades é fundamental que este seja assegurado pelo órgão responsável. No caso da presente pesquisa, essa segurança será tratada pelo Estado de Minas Gerais, dessa forma, a próxima sessão pontua algumas questões quanto a legislação do estado no que tange o ajustamento dos profissionais afastados.

3 | TRATAMENTO AOS “DESAJUSTADOS”: REVISITANDO O AMPARO LEGAL

Para melhor compreensão da situação dos ajustamentos atualmente no Estado de Minas Gerais, foi preciso recorrer a documentos, registros e a legislação específica para se entender quando e em que circunstâncias o servidor público passou a ter garantias de afastamento do serviço quando fosse portador, ou adquirisse alguma doença que o incapacitasse para o exercício de sua função.

Considerando as limitações de execução e manutenção das atividades laborais previstas para cada cargo, faz-se necessário criar alternativas político-legais que definam o trato a ser conduzido para os profissionais que, por algum motivo, não mais consegue desenvolver o seu trabalho.

No Estado de Minas Gerais uma das políticas direcionadas a profissionais com alguma limitação em exercer sua função, foi instituída pela Lei Estadual nº 869/1952, do Estatuto dos Servidores Públicos de Minas Gerais. De acordo com o Art. 81 desta Lei a readaptação acontecerá quando houver perda da capacidade funcional do servidor decorrente da modificação do estado físico ou das condições de saúde do funcionário, que não justifiquem a aposentadoria; bem como nos casos de desajustamento funcional no exercício das atribuições do cargo isolado de que for titular o funcionário ou da carreira a que pertencer.

O referido artigo destaca a incapacidade em função das condições de saúde

e sua readaptação em atividade nas quais o profissional tenha condições físicas e saúde para desempenhar. Essa Lei foi alterada pela Lei nº937/1953 que esclarece, nos artigos 6º, 7º, 10º e 12º como funciona o processo de licença para o servidor tratar de sua saúde, destacando os direitos e deveres do servidor.

Com a promulgação da Constituição Estadual de Minas Gerais em 1989 fica determinado “ao servidor público que, por acidente ou doença, tornar-se inapto para exercer as atribuições específicas de seu cargo, serão assegurados os direitos e vantagens a ele inerentes, até seu definitivo aproveitamento em outro cargo” (Constituição do Estado de Minas Gerais, 2017, p.36).

Através da Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração (SERHA) a Resolução SERHA Nº. 2367/1993, o trabalhador passa a ter direito de ser ajustado em outra função, com as vantagens inerentes ao cargo. Essa Normativa esclarece ainda como funciona o processo e disciplina provisoriamente a execução do disposto no artigo 30, inciso 2º, da Constituição Estadual.

No decorrer dos anos a legislação passou por diversas mudanças, com o intuito de melhor adequar esse processo ao qual ficou conhecido como processo de ajustamento funcional em Minas Gerais e que possui hoje, como base a Resolução da Secretaria de Planejamento de Minas Gerais nº 61/ 2013. Todo o processo para o ajustamento funcional no Estado, ocorre com base na legislação vigente, a saber: Constituição Estadual, Resolução SEPLAG nº 61/2013, Instrução Normativa SEPLAG/ SCPMSO Nº 002/2008, Resolução Nº 3717/2005 e decreto 43.661/2003. Assim, a Instrução Normativa SEPLAG/SCPMSO Nº 002/2008 que dispõe sobre o instituto do ajustamento funcional, diz em seu Art. 1º que é de responsabilidade da Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional - SCPMSO o consentimento de ajustamento funcional ao servidor a partir da avaliação de capacidade laborativa por junta multidisciplinar.

Durante o processo do ajustamento funcional o servidor passará por reavaliações no decorrer do tempo, onde fará uma identificação se o servidor obteve melhoras e está apto à volta para uma função de origem ou se deve intensificar o tratamento, já que esse processo de ajustamento busca também uma valorização do servidor, fazendo com que esse permaneça em atividade com o intuito de evitar que ele adoença mais e mais depressa, necessitando de aposentadoria por invalidez. Assim, a reavaliação é muito importante para continuidade do tratamento do servidor ajustado.

A partir da reavaliação a junta multidisciplinar concluirá os passos a seguir com relação ao servidor ajustado, sendo que esse poderá: voltar à função anteriormente exercida, continuidade do ajustado, término do ajustamento e licença para tratamento de saúde ou declarado incapaz definitivamente para exercer cargo de público, conforme previsto no Art. 7º da Instrução Normativa SEPLAG/SCPMSO nº 002/2008.

Dentro de cada instituição, para que haja o ajustamento funcional efetivamente, é necessário trabalhar a distribuição e movimentação de cargos do quadro de pessoal, bem como adaptações de horários de trabalho, para isso baseia-se na Resolução

nº 2741/2015, republicada em 23/01/2015 e no Decreto 43.661/2003. Nesse sentido, no caso dos profissionais da educação, a Resolução SEE nº 2.741/2015, que dispõe sobre as normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica.

A normativa afirma ainda que não sendo possível o aproveitamento do servidor em Ajustamento Funcional na própria escola, compete à SRE processar seu remanejamento para outra escola da mesma localidade ou solicitar ao Órgão Central da SEE autorização para exercício na SRE. E caso a jornada do professor em Ajustamento Funcional seja inferior a 24 horas, a escola poderá aproveitar 02 (dois) servidores nessa situação para assumir a vaga de Assistente Técnico de Educação Básica – ATB.

Nesse processo entende-se que ao servidor apresentar uma doença a qual reduza sua capacidade para o trabalho de forma que não consiga exercer as atividades do seu cargo original, mas que ainda possa exercer outras atividades, esse poderá ser ajustado de função. Atualmente, com o advento da evolução do conceito de Saúde Ocupacional, nota-se a grande importância do trabalho para a saúde das pessoas, onde a impossibilidade de exercê-lo pode tornar o indivíduo doente.

4 | PERCURSO METODOLÓGICO

Para o alcance dos objetivos propostos o método utilizado foi o qualitativo, que preza pela análise e interpretação de aspectos profundos e descreve o comportamento complexo do ser humano, ou seja, fornece análise mais detalhada sobre atitudes, e comportamento dos envolvidos na pesquisa. Foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental, além do uso de entrevistas e observação participante. A pesquisa bibliográfica contribuiu para a elaboração dos conceitos e articulações sobre o tema e a pesquisa documental para obter o volume de professores efetivos ajustados, os tipos e causas de ajustamento existentes na escola, conforme registros administrativos.

Encontrou-se na escola somente registros de ajustamento a partir do ano de 2007, nesse período foram identificados 18 ajustamentos ocorridos na escola, sendo atualmente sete. O universo de estudo foi uma escola da Rede Pública Estadual de Ensino de Montes Claros/MG, a escola foi escolhida pela acessibilidade. Assim a população da pesquisa é constituída pelos sete professores efetivos ajustados e quatro gestores. Para tanto, foram realizadas 11 entrevistas, sendo os sete professores ajustados, a diretora da escola, duas supervisoras e uma secretária.

As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro com dez pontos de discussão para os professores ajustados e sete para os demais sujeitos da pesquisa. Utilizou-se de um gravador para auxílio no desenvolvimento da pesquisa e para facilitar o processo de análise de dados. Também foi utilizado o termo de consentimento livre e esclarecido, demonstrando concordância da instituição com a pesquisa. Cada entrevista foi realizada individualmente na escola, no mês de julho de 2017, em horários

previamente agendados e de acordo com a disponibilidade dos entrevistados.

Os dados coletados foram tratados pela técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2016) por ser uma técnica que descreve de forma objetiva e sistemática o conteúdo existente nas entrevistas, com a finalidade de interpretá-los. A observação participante possibilitou a aproximação da realidade e uma melhor compreensão da cotidianidade compartilhada pelos envolvidos na pesquisa. Para preservar a identidade dos entrevistados utilizou-se nomes fictícios (pseudônimo), os professores foram nominados de professor 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e a equipe administrativa como ADM – A, B, C, D.

Após o processo da análise das narrativas os depoimentos foram transcritos e submetidos à fase da análise propriamente dita. A transcrição do registro da fala de cada entrevistado ocorreu tal como ela se deu. Assim iniciou-se, então, a fase de organização desses dados, separando as falas que se referiam ao mesmo tema, reorganizando as entrevistas e dando origem a dez categorias de análise, sejam: (A) Motivos e fatores influenciadores do ajustamento; (B) Dificuldades encontradas na prática como ajustado; (C) Avaliação do processo de ajustamento e readaptação na nova função; (D) Momentos críticos na escola após seu ajustamento que afetou sua vida pessoal e/ou profissional; (E) Reflexo do ajustamento nas relações sociais; (F) O sentido do trabalho do professor após o afastamento da sala de aula; (G) Percepção quanto ao ajustamento funcional; (H) Política preventiva de saúde ocupacional adotada pela escola; (I) Sente falta da sala de aula e (J) Quanto à vida, o tempo e as saídas para o ajustamento.

A partir da pesquisa documental realizada junto à escola, analisando o período de 2007 a 2017, referente aos impactos psicossociais dos professores, foram identificados 18 ajustamentos ocorridos na escola no período, sendo que atualmente sete se encontram nessa situação. Tal redução no número de professores ajustados no período deu-se em função de aposentadorias (7), exoneração (3) transferência (01). Quanto às funções de ajustamento os professores se encontram lotados no departamento de pessoal, secretaria, xerox e biblioteca e o tempo de ajustamento varia entre três a oito anos. O quadro 1 representa um resumo de identificação dos professores ajustados pesquisados.

	Função	Ajustamento	Tempo Ajustado	Tempo de Serviço
1	Professor	Depart. Pessoal	07 anos	32 anos
2	Professor	Xerox	05anos	18 anos
3	Professor	Depart. Pessoal	07 anos	24 anos
4	Professor	Biblioteca	07 anos	17 anos
5	Professor	Xerox	03 anos	23 anos
6	Professor	Biblioteca	08 anos	15 anos
7	Professor	Secretaria	03 anos	25 anos

Quadro 1 – Identificação dos professores ajustados

Fonte: Dados da pesquisa documental, elaborado pelos autores, 2017.

Na sequência, descrevemos os principais resultados auferidos neste trabalho.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os motivos e/ou fatores que justificam o ajustamento dos professores identifica-se que parte destes apresenta a violência na escola como principal desencadeador dos processos de ajustamento. Essa violência, proveniente por alunos, pode ser observada tanto no seu caráter físico como moral. Essa violência tem impacto direto tanto nas relações sociais, como nos processos funcionais da organização. Outro fator determinante relatado por alguns professores para o ajustamento foi o excesso de trabalho, alguns com dupla jornada de trabalho em diferentes escolas e turnos.

O quadro depressivo foi apontado também como motivo de ajustamento desses professores. A depressão é tida como causa de ajustamento para mais de da metade dos professores entrevistados. Um entrevistado relatou a fibromialgia como causa de seu ajustamento. “Eu fui ajustada por causa da fibromialgia. Fibromialgia ela é desencadeada por causa de traumas, sofrimento, stress” (Prof. 3). Outro entrevistado traz o “Transtorno obsessivo compulsivo – Toc” (Prof. 2), como um problema que afetou sua vida, fato que o levou ao afastamento e conseqüentemente ao ajustamento funcional. Esse problema “caracteriza-se pela presença primária de obsessões ou compulsões, persistentes e recorrentes, que consomem tempo, causam sofrimento e interfere de forma significativa nas relações sociais e nas atividades do indivíduo” (ABREU et al, 2012, P. 139).

Outros aspectos importantes nessa discussão, que os entrevistados trouxeram como motivo de seu ajustamento relaciona-se também a saúde psíquica e física, nos quais os relatos apresentam a “Ansiedade, tensão nervosa, desânimo, fobia social e dores físicas (Prof. 4)”, tem se também problemas com “Sala cheia (...) é perturbação com barulho, som alto, é gritaria, é tumulto de pessoas (Prof. 5)” e “dor crônica (Prof. 7)” desinteresse do aluno, cobrança por parte do sistema, ameaças, falta de respeito (...)” (Prof. 4).

Em um relato isolado, foi apontado como motivo de ajustamento, o profissional trabalhar conteúdos para o qual não era habilitado, fato que o prejudicou e contribuiu para seu adoecimento e afastamento da sala de aula. Tal fato é considerado como assédio moral organizacional. Afeta a dignidade e a identidade do profissional, levando o questionar sua capacidade e competência.

Quanto ao processo de readaptação à nova função proposta, somente os professores 1, 2 e 5 não passaram pelo processo ou não tiveram dificuldade, pois já tinham experiência na área administrativa. Os demais entrevistados relataram que tiveram dificuldades no início, relacionadas a adaptação à nova função, retorno de sentimentos de medo, dores relacionadas aos problemas adquiridos, descrédito, preconceito e exclusão. Alguns relataram que ao serem colocados em atividades

que tinham maior contato com o aluno ouve uma reação que levou ao ressurgimento dos sintomas do problema adquirido. Sobre esse assunto o entrevistado ADM-D, relatou que esses profissionais “deveriam cumprir sua carga horária de trabalho na Superintendência Regional de Ensino ou em outro órgão pela qual não tem a presença de alunos”. Atenta-se nesse sentido para uma incoerência na Legislação, a Resolução SEPLAG nº 61/2013 e a Resolução SEE nº 2.741/2015 que determina no artigo 9º § 1º os ajustados cumprirão a carga horária completa de seus respectivos cargos podendo exercer as atividades na secretária escolar ou na biblioteca da escola.

Os professores ajustados afirmam que ao exercer funções de apoio na secretaria e na biblioteca tem contato direto com aluno e sofre com os problemas adquiridos. Além disso, alguns profissionais ajustados afirmam não suportar ouvi os gritos dos alunos e nem mesmo o barulho emitido pelos sinais da escola, e assim não teriam condição de recuperar a saúde, levando-os a ter frequentes crises durante o processo de tratamento. Essa articulação leva a questionar: até que ponto o ajustamento funciona como recurso de socialização e redução do sofrimento no trabalho do professor? Pelo que se apresenta a política de reintegração proposta segue a lógica mercantilista de aproveitar o trabalho do sujeito mesmo após a sua exaustão.

Ao serem questionados sobre os reflexos e os sentimentos experienciados pelo ajustamento, o prof. 1 relatou que teve problemas no período anterior ao ajustamento, foi um processo demorado, difícil, doloroso, de sentimento de isolamento, dificuldade em sair de casa, sentimento de inutilidade, medo, preconceito e gerou muito desconforto, não conseguia socializar. E após o ajustamento houve reflexos negativos devido à desconfiança, discriminação das pessoas com relação ao desenvolvimento do trabalho, acreditava que o profissional ajustado não trabalhava, mas quando conheceram seu trabalho não teve problemas como ajustado. Para o prof.4 os reflexos do ajustamento foram negativos no início, evidenciado através de discriminação, preconceito, bullying. Embora o descontentamento de alguns, verifica-se que para outros o afastamento refletiu de forma positiva, implicando no melhoramento da qualidade de vida do sujeito ajustado, ficou livre de problemas existente na sala de aula.

Sobre o sentimento da falta da sala de aula a fala de alguns profissionais é marcada pela sensibilidade e afeto com o trabalho. Relataram que os impactos com o afastamento da sala de aula foram negativos prejudicando a vida profissional e social, dentre os quais destacam-se a tristeza de não poder exercer a profissão, a sensação de estar perdendo o conhecimento e/ou a capacidade de lecionar, por está impossibilitado devido a problemas de saúde e pelo descaso do estado com o profissional ajustado. Percebe-se que o trabalho para estes profissionais dava sentido à sua própria existência.

Embora a falta sentida por alguns profissionais, verifica-se que o sentimento de angustia, frustração e rancor também perpassa os sentidos de alguns profissionais ajustados. De acordo com os professores entrevistados verifica-se um quadro confuso no ato de abandonar a sala de aula, uma vez que parece difícil sentir falta de um algo

que tenha gerado tanto sofrimento, desde doenças psíquicas/emocionais, física, até os fatos que os tornaram profissionais frustrados, decepcionados, deprimidos, banidos do seu espaço profissional. Citam ainda que a cada dia que passa os alunos tornam mais desinteressados, agressivos, irresponsáveis, descompromissados. Assim o docente torna-se cada dia mais desmotivado em exercer a profissão.

Quanto à percepção dos profissionais administrativos sobre o ajustamento, perpassa o contexto emocional e subjetivo dos ajustados. Eles consideram que os problemas emocionais são oriundos principalmente das péssimas condições de trabalho e da desvalorização do docente, onde a escola perde excelentes professores, mas ao mesmo tempo ganham excelentes profissionais em outros setores. Na visão da equipe administrativa o ajustamento passa a funcionar como mecanismo de reinserção e reintegração do professor na escola. Ao ser ajustado o profissional percebe-se, de certa forma, que não está em condição de exercer uma atividade, mas que possui condições de ser útil em outras atividades, incentivando-os a desempenhar e ressocializar com o espaço escolar que sempre o atraiu.

Já na percepção dos professores ajustados verifica-se que somente um deles vê o ajustamento funcional como ruim, porém necessário. Acredita que o profissional ajustado é insignificante, somente um número, uma estatística apenas. Os demais professores entrevistados percebem o ajustamento como oportunidade para socializar, estar ativo e melhorar a autoestima. Tal fato torna-se importante por permitir que os profissionais se sentam úteis mesmo após o adoecimento. Mais da metade dos professores entrevistados se sentem bem com o ajustamento, mesmo não tendo um acompanhamento adequado.

Quanto às políticas preventivas de saúde ocupacional foi unânime o desconhecimento, tanto dos profissionais administrativo como dos ajustados, de qualquer política de prevenção ou acompanhamento da saúde ocupacional do profissional. É relevante destacar que esse acompanhamento a partir de políticas públicas é muito importante para os profissionais que estão ajustados e também aos que não estão para que evitem problemas de adoecimento ao longo da carreira profissional.

Nota-se que o processo de ajustamento funcional é um processo delicado, importante e necessário para os profissionais que passaram por algum tipo de adoecimento. Os entrevistados, na maior parte das vezes, explicitaram o quanto é difícil apartar do “ser professor”, não apenas por causa do abandono da sala de aula, mas também pelo doloroso processo que envolve esse momento da vida. Além do sofrimento causado pela doença que justifica o afastamento verifica-se ainda a dor do abandono, do desprezo, do vazio e da solidão que a falta do trabalho gera. O quadro 2 apresenta uma síntese das categorias de análise e algumas das verbalizações analisadas.

Categoria	Verbalizações dos pesquisados
Motivos e fatores influenciadores do ajustamento.	Prof.1:“violência, sobrecarga de trabalho”. Prof.2:“depressão, transtorno obsessivo”. Prof.3: “... depressão, fibromialgia” Prof. 6: “... quadro de depressão, excesso de trabalho ...”
Dificuldades encontradas na prática como ajustado	Prof. 1: “Não tive dificuldade... já fui administrador de escola”. Prof. 3: “Dores por causa da fibromialgia”. Prof. 5: “Desconforto, como ajustado”. Prof. 7: “O preconceito por parte dos colegas”.
Avaliação do processo de ajustamento e readaptação	Prof. 2: “a readaptação foi tranquila”. Prof. 3: “No início foi difícil, agora está tranquilo”. Prof. 6: “No início foi complicado”
Momentos críticos após ajustamento	Prof. 1: “Violência, sobrecarga de trabalho.” Prof. 4: “... as drogas sendo comercializadas na escola” Prof. 5: “... eu fui desligado e não recebi nenhuma satisfação...”
Política preventiva adotada pela escola.	Prof. 2: “Não, primeiro quem tá doente fica com vergonha e não fala nada a ninguém ...” Prof. 4: “Não adota (a escola). Que eu saiba e o estado também não”. Prof. 6: “Não. Na rede municipal ainda encontro um apoio psicológico...”
Reflexo pós ajustamento nas relações sociais.	Prof.1: “Não, o período anterior ao ajustamento que foi muito difícil, esse período fiquei praticamente isolado, tinha dificuldade até para sair, eu achava que tava uma pessoa inútil,”. Prof. 3: “Refletiu de forma positiva, estou menos ansiosa, mais tranquila, mais calma, melhorou meu relacionamento com a família”
Percepção quanto ao ajustamento funcional.	Prof. 3: “Acho de suma importância, uma vez que o funcionário não está conseguindo se desenvolver de forma satisfatória”. Prof. 4: “É muito bom, pois a gente não sofre pressão, não tem mais uma carga de trabalho, que não dá conta ...” Prof. 5: “O ajustamento é um meio de dá conforto para o doente, mas não é a solução, ...”. Prof. 7: “Entendo o ajustamento como uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho ...”.
Sente falta da sala de aula.	Prof.1: “Sinto sim, a sala de aula era meu chão ...” Prof.2: “Jamais sinto falta da sala de aula” Prof.3: “...não sinto falta da sala de aula não, penso que ia atrapalhar ainda mais minha saúde.” Prof.5: “Muita falta de aula de aula, a gente sente mesmo, aquele afeto com os alunos, é com o trabalho ...” Prof.6: “Não, porque cada dia que passa está mais difícil trabalhar com alunos desinteressados e descompromissados, ...”

Quadro 2 - Síntese geral das categorias de análise e verbalizações dos pesquisados

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelos autores, 2017.

Percebe-se a partir dos relatos que o ajustamento é um processo gerador de sofrimento, contudo, o professor ainda encontra algum modo de compensar o afastamento da vida do profissional e encarar a readaptação como uma possibilidade de ser útil novamente. Diante do sentimento de inutilidade que incorre nos primeiros momentos do afastamento, associado ao abandono da identidade de professor e do espaço do trabalho, retornar ao trabalho parece funcionar como terapia para o vazio deixado pela doença causadora do afastamento.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho docente ao longo dos anos tem perdido prestígio social. A desvalorização profissional, falta de infraestrutura e equipamento nas escolas, falta de conforto, violência, agressão física e verbal, vandalismo, baixos salários e as precárias condições de trabalho têm levado muitos professores ao adoecimento ou à própria desistência da profissão. Nesse sentido, este trabalho procurou analisar os impactos psicossociais provenientes do ajustamento de professores em uma escola da Rede Pública Estadual de Ensino de Montes Claros/MG.

Apartir das análises realizadas foi possível constatar que o quadro de adoecimento, que tem gerado o ajustamento funcional dos professores da unidade estudada, agrupa sintomas psicológicos, tais como estresse, ansiedade, desânimo, angústia, depressão, nervosismo, insegurança, esgotamento e irritabilidade. Somados a esses verificam-se os problemas físicos relacionados a falta de ar, pressão baixa, tonturas, labirintite, perturbações do sono, cansaço físico, dores de cabeça, indisposição para o trabalho, perturbações de caráter digestivo, problemas nas cordas vocais, problemas respiratórios e alergias. Dessa forma, a pesquisa define a situação de trabalho dos professores da rede estadual de ensino de MG como de intenso mal-estar sob o risco de um processo evolutivo de afastamento do trabalho e aumento no número de ajustamentos, comprometendo o desempenho e o bem-estar dos profissionais, além dos custos gerados para os cofres públicos.

Diversos fatores que contribuem para o processo de adoecimento e, conseqüentemente, ajustamento dos professores, tais como violência na sala de aula, depressão, dupla jornada de trabalho, sobrecarga de trabalho, problemas pessoais, dificuldade para conciliar o tempo em mais de um trabalho.

Problemas como preconceito e discriminação também são enfrentados pelos professores ajustados. O fato de fazerem acompanhamento com psicólogos e o uso de medicamentos controlados como os antidepressivos e os ansiolíticos, por exemplo, cria uma imagem negativa junto aos colegas de trabalho. Observou-se ainda o descaso e a falta de reconhecimento, por parte dos governantes com relação a estes profissionais.

Observa-se que o resultado dessa pesquisa mostra uma realidade muito difícil

e desmotivadora para os profissionais da área, como também a novos profissionais que tem interesse em exercê-la. Cada relato apresentado no decorrer do trabalho mostra como tais problemas são percebidos por esses profissionais, a dificuldade, a angústia, o sofrimento, o desgosto, dentre outros, que é notado pela expressão e fala dos mesmos. São percepções que vão desde os professores ajustados aos profissionais que fazem parte da equipe administrativa, já que na percepção de ambas as partes são colocadas a questão do impacto gerado na escola, do dispêndio em exercer outra função, do fato de ser necessário fazer ajustes no quadro de pessoal da instituição, fazendo adequações, estas que dependendo do tempo gasto para colocar em dia afeta também aos alunos.

Verifica-se que os sentimentos dos professores ajustados após esses anos se misturam sensação de alívio por não estar na sala de aula e ter uma oportunidade de estar ativo, exercer outra função e ao mesmo tempo sensação de frustração com a situação de ser doente, de não poder exercer a profissão e por não serem reconhecidos, não existir preocupação por parte do estado tanto com eles ajustados como os professores que estão adoecendo na sala de aula.

Nesse sentido, embora tenha uma lei específica que trata sobre o ajustamento dos profissionais afastados da sala de aula, os mesmos não se sentem amparados pelo Estado. Fato que torna necessário um debate mais amplo sobre a questão e que crie políticas preventivas, de forma pensar uma atenção anterior aos problemas, ou seja, de forma a agir antes que o mal aconteça. Atenção no sentido de políticas de valorização de carreiras, políticas preventivas, acompanhamento dos profissionais, maior diálogo entre docente, discente, gestores e governantes.

Embora esse trabalho, pelo seu limite metodológico, esteja delimitado somente a uma escola, novos estudos poderão aprofundar ou ampliar o tema em discussão de forma a abranger um maior número de instituições, com vistas a influenciar nas políticas públicas do Estado objetivando melhorar a qualidade de vida dos profissionais professores.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. 6.ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Lisboa: Edições 70, 2016.

BRANQUINHO, N. das G. S. **Qualidade de vida no trabalho, bem-estar e mal-estar em professores da rede pública**. Montes Claros/MG: Unimontes, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CODO, W. **Educação: Carinho e Trabalho**. Petrópolis, RJ: vozes, 2006.

COSTA, I. de M. **Análise ergonômica do trabalho dos professores do ensino fundamental I da rede pública municipal de Natal/RN: uma investigação sobre o estresse**. 212f. *Dissertação de*

mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

COSTA, P. G.; GERMANO, A. Afastamento dos professores de 5ª à 8ª séries da rede municipal de Ipatinga da sala de aula: principais causadores. In: CONGRESSO DE LETRAS, 6, Argentina. **Anais...** Brasil: UNEC, 2007.

DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J. F. (Coord.) **O indivíduo na organização**. São Paulo: Atlas, 1996. p. 149-173

, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DOURADO, L. F.; PARO, V. H. **Políticas Públicas & Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNCAO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educ. Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.

GUINALZ, J. P. **Trabalho, alienação e adoecimento na Cadeia de Produção de Alumínio em Barcarena**. 126f. Dissertação de mestrado. Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MINAS GERAIS. **Lei nº 869/1952**. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais.

_. **Lei nº 937/1953**. Modifica a Lei nº 869, de 5 de julho de 1952. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais.

_. **Constituição do Estado de Minas Gerais (1989)**. Belo Horizonte: 18ª ed. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2017.

_. **Decreto SEF/MG 43.661/2003**. Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde para servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

_. **Instrução Normativa SEPLAG/SCPMSO nº002/ 2008**. Dispõe sobre o instituto do ajustamento funcional.

_. **Resolução SERHA Nº 2367/1993**. Disciplina, provisoriamente, a execução do disposto no artigo 30, §2º, da Constituição Estadual.

_. **Resolução SEE nº 2.741/ 2015**. Secretaria do Estado da Educação. Estabelece normas para organização do quadro de pessoal escolas estaduais.

_. **Resolução SEPLAG/MG nº 61/2013**. Disciplina a execução do disposto no artigo 30, § 2º, da Constituição Estadual.

MORGAN, G. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 2007.

PROVENZANO, L. C. F. A.; SAMPAIO, T. M. M. Prevalência de disfonia em professores do ensino público estadual afastados de sala de aula. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v.12, n.1, p. 97-108, fev. 2010

RIO, R. P. **Ler: ciência e lei, novos horizontes da saúde e do trabalho**. Belo Horizonte: Health, 1998.

VIEIRA, J., D. **Identidade expropriada: Retrato do educador brasileiro**. Brasília: CNTE, 2003.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 223, 224

Administração Pública Brasileira 147, 200, 202, 209, 220, 224

Adoecimento 172, 180, 182, 184, 186

Ajustamento funcional 172, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 186

Análise bibliométrica 75, 76, 81, 82, 88, 92, 93

Auditoria 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 25, 26, 28, 29, 200, 202, 205, 206, 209, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 220, 221, 222

Auditoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (AGE/RJ) 200, 201, 202, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 257

C

Cadeia de suprimentos 51, 56, 73, 75, 76, 77, 94, 95, 96

Cana-de-açúcar 75, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 94, 96

Clientes 28, 32, 37, 38, 47, 49, 50, 52, 55, 58, 59, 60, 64, 67, 69, 77, 78, 79, 83, 84, 85, 93, 105, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 125, 135, 136

Competências gerenciais 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158

Competitividade 57, 58, 62, 67, 69, 175, 245

Conflitos de Agência 14, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 26

Conselho de Administração 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27

Controle 14, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 29, 47, 49, 50, 53, 56, 66, 69, 73, 76, 123, 135, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 228, 236, 254

D

Discentes 159, 161, 164, 165, 166, 167, 168

E

Empreendedorismo 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 134, 136, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171

Empresa Familiar 15, 23, 24, 26, 27, 28

Entrada de pedidos 48, 49, 51, 52

Escola 75, 94, 144, 172, 173, 174, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 224, 225, 226, 227, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241

Escola Manguinhos 225, 226, 227, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241

F

Formalização 24, 121, 122, 128, 129, 139, 140, 142, 143

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) 225, 226, 227, 232, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242

G

Gerenciamento 55, 56, 60, 65, 73, 78, 87, 94, 102, 137, 138, 141, 187, 192, 197, 254

Gestão de Pessoas 147, 154, 156, 243, 244, 246, 254, 255

Gestão Pública 147, 150, 153, 154, 204, 206, 215, 221, 224, 242, 243, 244, 245, 246, 254, 255

Governança 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 44, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 205, 224, 243, 244, 254

Governança Corporativa 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29

I

Indústria fonográfica 98, 99, 100, 108

Informalidade 121, 122, 128, 129, 138, 140, 141, 142, 143

Inovações disruptivas 98, 100, 103, 105

Intenções empreendedoras 159, 160, 161, 166, 168

Inveja 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Investimento 16, 18, 19, 21, 25, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 51, 61, 114, 124, 130, 246, 253

K

Kaizen 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74

L

Logística 21, 47, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 82, 84, 94, 97

M

Marketing Digital 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120

MEGP 243, 244, 245

Mídia Social 110, 114, 116, 118

Modelo dos Múltiplos Fluxos 225, 226, 227, 240, 241

Motivação 7, 12, 62, 70, 107, 121, 127, 130, 136, 162, 196, 199, 248, 251, 253

O

Opções 30, 31, 32, 35, 36, 42, 43, 45, 131, 168, 169, 248

Organizações educacionais 146

P

Perfil de consumidor 98, 102

Políticas Públicas 125, 163, 182, 185, 186, 224, 225, 226, 227, 228, 231, 233, 234, 237, 238, 240, 241, 242

Práticas 21, 22, 26, 27, 58, 61, 71, 87, 96, 112, 113, 124, 144, 150, 152, 153, 154, 155, 187, 189, 192, 194, 195, 196, 197, 208, 231, 232, 237, 242, 243, 247, 253, 254

Processamento de pedidos 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55

Projeto 30, 31, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 56, 66, 67, 68, 73, 131, 135, 167, 225, 226, 227, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 254

Projeto Teias 225, 226, 227, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241

R

Revisão sistemática 75, 76, 81, 87, 97

Risco 4, 15, 16, 17, 18, 22, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 40, 44, 45, 54, 58, 124, 172, 184

S

Serviços de streaming musical 98

Setor público 27, 146, 147, 152, 153, 155, 156, 165, 205, 222, 245

T

Tecnologia de informação 21, 48, 49, 54, 55, 56, 147, 152

Trabalho docente 172, 184

Transparência 16, 24, 200, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 224

U

Usina sucroenergética 75, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 92, 93

V

Viabilidade 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 43, 143

 **Atena**
Editora

2 0 2 0